COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

GESTÃO 2015/2017

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental.

Rua Ernesto Gonçalves Rosa Jr., nº 150 - Jardim Florestal - DATA: 25/01/2017

PREVISÃO PARA O INÍCIO: 15h00 - TÉRMINO: 18h00

QUÓRUM MÍNIMO: 11 Membros (25% + 1) dos 40 Membros Titulares

Ata da 17ª Reunião Ordinária do COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - biênio 2015/2017, realizada no dia 25 de janeiro de 2017, às 15h00, no anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental. A Presidente do COMDEMA inicia saudando a todos os presentes, desejando um ótimo ano e muita disposição para os trabalhos que serão muito intensos nesse ano no Comdema. Na sequência questiona os presentes sobre a aprovação da última Ata Ordinária. Efetuada as correções e acrescentadas às contribuições, é submetida à aprovação, e é aprovada por todos os presentes. Dando seguimento o Conselheiro Pedro Pontes pede informações sobre as mudanças Administrativas que estão sendo anunciadas pelo novo Prefeito. A Presidente solicita e passa a palavra para o Conselheiro e secretário Márcio que pode passar informações mais precisas sobre o assunto. Assim Márcio informa que houve uma mudança no conceito de Secretaria e agora os assuntos específicos serão tratados pelos gestores (secretários), por exemplo: Planejamento- Secretário de Planejamento, Meio Ambiente e infraestrutura. O Engenheiro Sinésio Scarabello será o Gestor e cuidará de todos os projetos da SMO e SMSP. Serão 9 plataformas e 16 gestores. A estrutura ainda não está completa, mas ao que sabe até o momento é que há uma Diretoria de Meio Ambiente, Diretoria de Planejamento, Diretoria de Assuntos Fundiários, Diretoria de Aprovação de Projetos, Diretoria de Vistoria de Obras. O conselheiro Pedro cobra a necessidade de indicação de novos nomes em substituição aos conselheiros que representavam a Administração e que foram exonerados por serem do quadro de funcionários comissionados. A Presidente informa que pretende agendar reunião com o novo Secretário ou Gestor de Meio Ambiente, Sinésio, para tratar de diversos assuntos, entre eles esse. A Presidente pede para o Márcio fazer um levantamento desses

conselheiros, para então solicitar ao órgão próprio a substituição do mesmo. Na sequência a conselheira Rose informa ao Comdema situação preocupante referente a comercialização irregular de lotes em áreas de mananciais (Jd. Marajoara e Caxambú). Informa ainda que já comunicou o fato ao Ministério Público. A situação é muito grave porque os lotes estão sendo comercializados sem qualquer licença junto à Prefeitura. A Presidente sugere que seja elaborado um BO considerando a ocorrência de crime contra a Administração Pública. A conselheira informa que devido a saída de diversos funcionários comissionados, a DAE encontra-se sem corpo jurídico para as providências de praxe, só tem um advogado de carreira que não está dando conta de todo o serviço. O Vice-presidente Silvio opina que o Comdema deveria fazer um ofício direto ao Prefeito comunicando e pedindo providências urgentes. O assunto gerou alguns debates e sugestões culminando com a deliberação por levar o assunto ao Secretário Sinésio e ver qual será a providência que a SMPMA irá adotar. O assunto seguinte da pauta referente à Revisão da LC 341/02- regula instalação de torres de transmissão de celulares- a SMPMA na gestão passada encaminhou o processo no final de dezembro para manifestação do Comdema. O processo Administrativo que trata do assunto é o 10.499-5/2012. O conselheiro Pedro, responsável pela CT de Fiscalização do FMCQA, esteve na SMPMA para dar uma olhada no processo e constatou que há 3 versões novas sobre o assunto e pede mais prazo para analisar detidamente o processo, uma vez que apresenta-se muito complexo. Por deliberação da plenária esse assunto ficou também para ser levado ao conhecimento do novo Secretário Sinésio. Na sequência foi informado sobre o processo referente a revisão da LC 358/02, que resultou na LC 8375, que criou um Fundo Municipal de Regularização Fundiária cujo objetivo era arrecadar os valores recebidos à título de compensação em pecúnia referente áreas verdes e institucionais. A referida e repelida lei foi revogada pelo novo Plano Diretor. Assim a SMPMA enviou o processo para o Comdema para ciência. O Assunto gerou alguns debates onde foi lembrado que apesar de revogada a lei 8375, com a vigência do novo Plano Diretor o assunto não foi resolvido uma vez que o Plano Diretor criou um Fundo Municipal de Desenvolvimento territorial que entre outras receitas terá os valores referentes aos ressarcimentos em pecúnia advindos das compensações de áreas verdes. O Comdema repudia e não aceita essa forma adotada, tanto que manifestou-se contrária por ocasião dos estudos do Plano Diretor, sendo voto vencido nas reuniões plenárias. O assunto também foi levado ao conhecimento do MP, através de ofício resposta ao Ministério Público sobre a forma de elaboração do novo Plano Diretor, ora vigente. A posição do Comdema é firme em exigir que os valores referentes aos ressarcimentos em pecúnia oriundos de regularizações fundiárias, especificamente das áreas verdes, sejam destinadas

exclusivamente ao FMCQA. Da mesma forma que os assuntos anteriores, esse também será objeto da reunião com o Secretário Sinésio. A presidente informa aos conselheiros que se encontra também para manifestação e parecer o processo Administrativo 28.230-6/2011, referente à estudos para implantação do ICMS/Ecológico no Município de Jundiaí, com receita prevista para o FMCQA. O vice-presidente Silvio entende que esse assunto estaria dentro do conceito do FMCQA, ou seja, deveria ser tratado juntamente com o processo 10.499 que cuida também do FMCQA. Assim, foi convocada a CT de fiscalização do FMCQA para conhecimento dos processos em questão e estudo e parecer. Da mesma forma que os anteriores esse assunto (ICMS/Ecológico) será tratado com o Secretário Sinésio. O secretário Márcio informa ainda que chegou a prestação de contas do FMCQA referentes à complementação do ano 2015 e prestação de contas de janeiro a novembro de 2016. O expediente foi passado diretamente para o conselheiro Pedro Pontes responsável pela CT de fiscalização do FMCQA, para análise e convocação de reunião com a CT. Chegou ainda 3 volumes do processo referente ao Plano Nacional de Saneamento Básico (LF 11.445/2007), para análise e parecer do Comdema. O Vice-Presidente Sílvio Drezza explica aos presentes que o Plano Nacional de Saneamento Básico está subdivido em 4: Resíduos Sólidos; Drenagem urbana; Água e Esgoto. O Plano que chegou para o Comdema refere-se somente ao Plano de Resíduos Sólidos. Considerando que o assunto muito amplo, deliberou-se que a CT de Recursos Hídricos ficará responsável pela análise e parecer do Plano de Drenagem, Àguas e Esgoto. Conselheiros ofereceram-se para colaborar com a CT de Recursos Hídricos: Rose, Rogério, Georgio e Vânia. Ficamos de ver com o Sinésio qual o prazo teremos para a conclusão dos trabalhos. Na sequência a Presidente informa aos conselheiros que no final da gestão passada o Diretor de Meio Ambiente Marcelo instaurou um processo administrativo visando criar uma comissão para elaborar procedimento interno para análise de empreendimentos de significativo impacto ambiental no território de gestão da Serra, esse processo veio para o Comdema indicar um representante para compor a referida comissão. O assunto gerou vários debates, concluindo que não é nossa competência criar procedimentos para a Administração. Esse assunto será levado ao atual Secretário Sinésio para definição do destino desse processo. O secretário Márcio informa que o Comdema precisa se manifestar sobre o Decreto de Ocupação do Recanto Cambaiuva, sendo que toda vez que se regulariza um parcelamento tem que ser feito um Decreto de uso e ocupação, essa área encontra-se no território de gestão da Serra do Japi, sendo assim será convocado as CTs de Uso e Ocupação do Solo do Comdema e CGSJ para análise conjunta visando a celeridade do processo. Em outros assuntos foi passado para a CTUOS para análise

e parecer, um processo com data de 02/06/2016 onde o Sr. Mauro Gambini solicita permissão para desenvolver atividade de “ Bailão” no seu estabelecimento comercial que atualmente é licenciado como Bar e lanchonete. O vice-presidente Silvio informou que são dois processos, um de regularização do pesqueiro e outro de permissão para o “bailão”, e que estes seguem juntos. Considerando que a área onde a atividade a ser desenvolvida encontra-se no Território de Gestão da Serra do Japi, fica convocada a CTUOS para análise conjunta com a CTUOS do CGSJ. Por fim a Presidente compartilha com os conselheiros presentes a preocupação com a situação atual de uso irregular de propriedades no Território de Gestão da Serra do Japi. Atividades e eventos diversos como: festas com cobrança de ingressos, comércios clandestinos, invasões das cachoeiras, motoqueiros, jipeiros e romarias, estão sendo realizadas sem o devido respeito e observância a legislação de proteção daquele patrimônio. Há necessidade urgente de fiscalização efetiva e constante, instalar um Portal de controle de entrada dos visitantes e orientação por monitores, placas de sinalização entre outras medidas. Esse assunto será objeto da reunião com o Secretário Sinésio, juntamente com os outros assuntos já elencados nessa reunião. Foi lembrado ainda, pelo conselheiro Pedro sobre a Lei 518 (congelamento de empreendimentos na Serra). Esse assunto também será levado ao Secretário. O conselheiro Manoel sugeriu solicitar junto ao Secretário a contração de mais Técnicos Ambientais e fiscais. O conselheiro Pedro sugeriu o adiamento da RO de 08 de fevereiro para dia 15 de fevereiro, o que não foi possível, porque nessa data a sala está ocupada com reunião do CGSJ. Encerrando os trabalhos o vice-presidente externou sua preocupação com o Plano Diretor do Aglomerado urbano e prazo para a conclusão dos trabalhos. Esse assunto será levado também ao Secretário para uma posição. Encerrada a reunião, eu Márcio Galafassi, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os Conselheiros presentes: Maria Carolina Hertel Simões e Dutra, Rosemary Tonetti Baialuna, Rachel Antas Bugalho, Domênico Tremarolli, Rosemeire Aparecida Moreira, Felipe Oliveira Magro, Pedro Sérgio Pontes, Sérgio Pompermayer, Giorgio di Rito, Sílvio Toledo Pinheiro, Luis de Vriés, José do Café Rodrigues, Yone Guatta candiotto, Rogério da Silva Rivas, Luciano Libânio Alcântara, Silvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo, Sílvio Eduardo Drezza, Rosana Ferrari, Nivaldo José Callegari, Vânia de Fátima Plaza Nunes, Manoel Ruiz e os convidados José Cássio Catossi e Alex Pereira